

**“REPENSAR PORTUGAL”:
ALMEIDA GARRETT,
ALEXANDRE HERCULANO
E EDUARDO LOURENÇO**

"RETHINKING PORTUGAL": ALMEIDA GARRETT, ALEXANDRE HERCULANO AND EDUARDO LOURENÇO

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v16i31p54-80>

Antonio Augusto Nery ^I
Eduardo Soczek Mendes ^{II}

RESUMO

Almeida Garrett (1799-1854) e Alexandre Herculano (1810-1877) são os dois principais autores representantes do Romantismo em Portugal ou, pelo menos da primeira geração, que se confunde, inevitavelmente, com as lutas pela implantação do liberalismo no país. Contemporâneos, eles se corresponderam entre si e redigiram obras ficcionais, que visaram considerar sobre o papel de Portugal, como corpo nacional e também cultural. Em suma, refletiram, por meio da produção literária, sobre a situação pátria após as invasões francesas (1807), o trauma da fuga da Corte para o Brasil (1807), a Revolução Liberal (1820) e a Guerra Civil (1828-1834) entre absolutistas e liberais, da qual ambos tomaram partido pelos constitucionais e, por fim, chegaram a conhecer o exílio. Ao regressarem, Garrett e Herculano compuseram um grupo de intelectuais que visavam refletir sobre os destinos do país, imerso em tantas crises. Sobre suas obras, Eduardo

ABSTRACT

Almeida Garrett (1799-1854) and Alexandre Herculano (1810-1877) are the two main authors representing Romanticism in Portugal or, at least of the first generation, which is inevitably confused with the struggles for the implementation of Liberalism in the country. Contemporaries, they corresponded with each other and wrote fictional works, which aimed to consider the role of Portugal, as a national and also cultural body. In short, they reflected, through literary production, on the homeland situation after the French invasions (1807), the trauma of the flight from the Court to Brazil (1807), the Liberal Revolution (1820) and the Civil War (1828-1834) between absolutists and liberals, both of whom took sides with the constitutionalists and, finally, ended up in exile. Upon returning, Garrett and Herculano formed a group of intellectuals who aimed to reflect on the country's destiny, immersed in so many crises.

¹ Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

^{II} Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Regarding his works, Eduardo Lourenço (1923-2020), honored in this year of his centenary of birth, wrote important texts, also in order to “rethink Portugal”, as he invented in the writings of the two 19th century writers ways of pondering the Portuguese political, religious and cultural situations. We therefore analyzed excerpts from four narratives by nineteenth-century authors: *O Arco de Sant’Ana: crónica portuense* (1845/1851) and *Viagens na minha terra* (1846), by Almeida Garrett; *O Monge de Cister ou a época de D. João I* (1848) and “*O pároco da aldeia* (1825)” (1851), by Alexandre Herculano. These are texts written in the Shandian narrative style, in which the narrators’ digressions are what interest us most in this study. In addition to *O labirinto da saudade* (1978) and *Mitologia da saudade seguido de Portugal como destino* (1999), by Lourenço, we will dialogue, in our investigations, with the productions of Maria de Fátima Marinho (1999) and Sergio Paulo Rouanet (2007), among other authors.

KEYWORDS

INTRODUÇÃO

Na manhã do dia primeiro de dezembro de 2020, recebíamos no Brasil a triste notícia da morte de Eduardo Lourenço (1923-2020), que dedicara a sua vida intelectual a pensar Portugal e as suas relações com o mundo. Vivíamos um ano agudo de pandemia da Covid-19, com inúmeras mortes não evitadas pela incúria dos que nos governavam naquele período. Quando perdemos uma das mentes mais brilhantes da lusofonia, vivíamos situações abjetas no Brasil, que quase culminaram, no início deste ano de 2023, em um golpe de Estado. Contudo, as obras de Lourenço, que permanecem, são um convite para que possamos pensar Portugal, o Brasil e o mundo à nossa volta, em suas contradições e em suas belezas: tarefa, por excelência, das Ciências Humanas e das Artes, tão vilipendiadas nestes dias, talvez pela tarefa indagadora que exercem frente ao comodismo das explicações “míticas”.

Por isso, neste ano do centenário de nascimento de Eduardo Lourenço, embasados, sobretudo, pelas propostas de *O labirinto da saudade* (1978), obra que reúne uma série de ensaios, dentre eles o notável “Da Literatura como interpretação de Portugal (de Garrett a Fernando Pessoa)”, bem como de *Mitologia da saudade seguido de Portugal como destino*, publicado em 1999, propomo-nos a averiguar como Lourenço evoca a produção dos dois maiores vultos do Romantismo português, Almeida Garrett (1799-1854) e Alexandre Herculano (1810-1877), para pensar Portugal e os portugueses a partir da ficção de dois escritores que, igualmente, discutiram os mesmos temas sob a égide da ficção.

Não pretendemos, obviamente, realizar uma averiguação de todas as publicações dos dois escritores oitocentistas, mesmo porque Garrett e Herculano foram profícuos em produções dos mais variados gêneros textuais, além de terem se conhecido e mantido contato, via correspondências, ao longo da vida¹, o que gerou ainda mais materiais quando se pensa em um diálogo entre os dois. Pensemos, igualmente, como ambos, coetâneos, viveram um período de efervescência e de instabilidade políticas, tornando ainda mais densos os seus escritos em termos de temática e conteúdo. Propomo-nos, portanto, à revisitação de duas produções de cada um deles: *O Arco de Sant'Ana: crónica portuense* (1845/1851) e *Viagens na minha terra* (1846), de Garrett; *O Monge de Cister ou a época de D. João I* (1848) e “O pároco da aldeia (1825)” (1851), de

¹ No tomo *Cartas 2*, no qual estão coligidas algumas das correspondências de Alexandre Herculano (Lisboa: Bertrand, 19-- , p. 12-32), encontramos algumas missivas do referido autor a Almeida Garrett: pelo discurso das cartas, pressupõe-se que são respostas, como no caso de uma missiva em que Herculano afirma que Garrett teria pedido para comentar as questões históricas presentes no poema *D. Branca* (1826). Há, entretanto, outras cartas: uma sobre a situação do Teatro do Salitre e outra de divergência com Garrett acerca da lei sobre a propriedade literária. A situação é assim sumarizada por Victor Drummond e Renato Loura (2018, p. 2; 3): “Almeida Garrett, então deputado, foi responsável pelo primeiro projeto de lei a tratar sobre propriedade literária e artística, apresentado ao parlamento em maio de 1839”, porém “a norma só viria a ser publicada em 18 de julho de 1851”. Data desse ano a discordância de Herculano, que veiculou no periódico *O país* uma missiva a Garrett sobre tal questão, porque “Alexandre Herculano pensou num sistema de recompensas públicas legais (prêmios literários, pensões acadêmicas, cargos públicos a serem ocupados exclusivamente por homens de letras) em lugar da propriedade literária [...]. Tãmanha era a importância dos autores para o progresso da civilização, que a sociedade reconheceria esse papel criando as condições adequadas para o sustento daqueles cuja produção era indispensável ao progresso cultural da coletividade” (Drummond; Loura, 2018, p. 4-5). O que é perceptível é que, embora discordassem em algumas questões, Garrett e Herculano se reconheciam, publicamente, e se respeitavam pelo trabalho que cada um exercia, a seu modo, na produção intelectual do século XIX, em Portugal.

O SÉCULO XIX: AS INVASÕES FRANCESAS, O REINO À DERIVA, A GUERRA CIVIL E O LIBERALISMO EM PORTUGAL

Nesse contexto, Portugal também sofre com as implicações dessas referidas transformações políticas, econômicas e sociais. Eduardo Lourenço (1999, p. 57) designou o momento como “dramático da nossa História”³, pois

Em 1807 quando Junot [1771-1813], com a conivência da Espanha, invade Portugal, a Europa assiste a um espetáculo inédito: a família real portuguesa, protegida pela frota inglesa, embarca para o Brasil. [...] Não sabíamos então que não regressaríamos os mesmos da famosa fuga para o Brasil, dentro em breve, pensado como nação-irmã e como um Portugal maior. Mas também o Portugal metropolitano nunca mais seria o mesmo. Ocupado durante três anos, com intermitências, prometido a uma repartição entre a França, a Espanha e o rei de Portugal, o país experimentou-se então como *um povo jogado aos dados*. E não foi o governo de Beresford [1768-1854], general inglês, exercendo o poder em nome do rei ausente, que modificou o panorama. *Portugal estava em discussão na balança da Europa* (Lourenço, 1999, p. 105, grifos nossos).

³ Atualizamos, em nossas transcrições, a grafia das edições que consultamos. Em obras publicadas em Portugal, manteremos a ortografia e a acentuação portuguesas.

que o seu corpo político, reconhecido por outros reinos, poderia deixar de existir. Com isso, também as suas expressões culturais poderiam desaparecer. Portanto, há uma preocupação com essas manifestações – que particularizam os costumes de um povo – e elas passam a ser discutidas e tematizadas em muitas materializações artísticas e culturais, como nos discursos ficcional e literário, já que há, metaforicamente, “uma ferida aberta em 1808 e em contínua supuração ao longo do século” (Lourenço, 2016, p. 105). No entanto, outra inquietação também estava muito presente, como aponta Lourenço (2016, p. 106, grifos no original):

[a] *obsessão temática capital* do século XIX: a de *repor* Portugal na sua grandeza ideal tão negada pelas circunstâncias concretas da sua medíocre realidade política, económica, social e cultural. Quer dizer, em termos de literatura, à obsessão de *criar* um *movimento* ou uma *obra* em que essa *regeneração simbólica* se cumprisse, transfigurando a miséria deprimente do “Portugal contemporâneo”.

A realidade portuguesa, no século XIX, nega os mitos da antiga grandeza. Se era preciso, na mentalidade de alguns intelectuais, salvaguardar o reino e as suas particularidades culturais, igualmente se fazia necessário inserir Portugal na realidade do período oitocentista. Mas como isso deveria ser realizado? Algumas produções de então buscaram apontar caminhos entre a regeneração, conforme cita Lourenço, e o progresso que campeava: “O liberalismo institucionalizado dava os seus primeiros passos; a primeira industrialização assomava apenas às portas de Portugal” (Lourenço, 1999, p. 111).

As obras de Garrett e de Herculano, por exemplo, são importantes nessas tematizações. Sem fazer uma interpretação puramente biografista das produções, vale recordar que esses autores estiveram empenhados, política e belicamente, com a implantação do liberalismo em Portugal, sendo que ambos foram soldados pela causa constitucional e também tiveram de se exilar em momentos de instabilidade política, antes da vitória liberal, que se daria em 1834. No entanto, há muitas obras de Garrett e de Herculano que se preocuparam em discutir, resgatar ou preservar as particularidades de Portugal frente às outras nações, sobretudo as de dominação militar, econômica e cultural, como Inglaterra e França. Vale recordar que “o que é singular nos começos do século XIX, entre nós, é que a matéria mediadora entre a consciência individual e o mundo é constituída pela *situação nacional* e nela, e através dela, pelo *sentido do ser português*” (Lourenço, 2016, p. 104,

grifos no original). O que vemos, portanto, é que o cenário de instabilidade nacional levou a muitos questionamentos acerca do que deveria ser resguardado e do que deveria ser modificado na realidade portuguesa.

Essa tensão constante, entretanto, não significa que Garrett e Herculano não se valeram, por exemplo, de gêneros literários amplamente cultivados em países dominantes – como o romance histórico. Os escritores oitocentistas, modernos e atentos ao que se passava em Portugal, mas também em outros lugares, deram “cor local” ao romance histórico. Herculano o introduziu em Língua Portuguesa, ainda em folhetins, e depois quando reuniu essas ficções embrionárias em *Lendas e narrativas*, com o intuito de recontar e popularizar o passado português em um presente muito incerto:

Se Herculano se descobre e inventa romancista pseudomedievalizante e historiador, não é por amor do passado enquanto tal, por mais glorioso, mas como prospector do tempo perdido de Portugal, cuja decifração lhe é vital para se situar como homem, cidadão e militante num presente enevoado e oscilante. Só assim julga possível modelar o perfil futuro da incerta forma histórica em que se converteu a sua pátria (Lourenço, 2016, p. 101).

Em outras palavras, não é por um gosto puramente passadista que Herculano buscou representar, em muitas produções, o passado pátrio, mas como tentativa de modernizar a forma de produzir literatura em Portugal, em consonância com o que se produzia em outras nações de Europa, bem como ensinar a história pátria por meio da ficcionalização. Atentemos que Lourenço designa Herculano como um escritor “pseudomedievalizante”. Nesse sentido, vale mencionar uma ponderação feita por Maria de Fátima Marinho (2013, p. 166): “apesar das atestações contínuas de veracidade, Herculano tinha consciência da sua impossibilidade, desculpando-se, de forma elegante e convincente, de pequenas incongruências ou faltas de rigor”. Isto é: o escritor era ciente que a sua reconstrução e a sua revisitação do passado medieval não eram ingênuas e se faziam em um contexto também histórico.

Entretanto, Lourenço propõe que somente assim, para Herculano, poder-se-ia pensar o futuro luso: regressar ao passado se fazia imperativo, pela imprecisão do presente, mas também na tentativa de se moldar um futuro, sem contudo ter em vista que “Voltar-se para o passado, lembrar-se, não é nunca um ato neutro, mas essa regressão constitutiva da memória

pode ser vivida apenas como simples alusão, mero sinal endereçado aos acontecimentos ou aos sentimentos que salpicam” (Lourenço, 1999, p. 13), ou seja, o olhar de Herculano para o passado, nessas revisitações, é próprio de um intelectual oitocentista e está relacionado com as suas preocupações coetâneas. É o que reflete Marques (2012, p. 102) sobre o romance histórico: “O romancista histórico, auxiliado pela imprensa que publica em folhetim as suas produções, assume a tarefa de vulgarizar o conhecimento e formar as massas populares: deste modo, o romance vem preencher uma função de utilidade social”.

Almeida Garrett, por sua vez, trabalhou na “descoberta das ‘nossas coisas’” (Lourenço, 1999, p. 109): recolheu e transcreveu os cantares populares dos quais não era o autor, mas que pertencem ao arcabouço de narrativas folclóricas em verso, em Portugal. Eram xácaras, baladas e rimances aos quais acrescentou comentários, em notas de rodapé, de como um mesmo poema era cantado de forma diversa em regiões diferentes do país, como no Alentejo, na região de Lisboa ou no Minho. Tais narrativas populares em verso estão coligidas em *Romanceiro*, que teve o seu primeiro tomo publicado em 1843 e o segundo volume em 1851. Peter Burke (2013, p. 42; 36), ao citar alguns exemplos de coletâneas nacionais, de diferentes países, que reuniam textos populares, refere que “Em Portugal, Almeida Garrett foi ao mesmo tempo o revitalizador da poesia portuguesa e o redescobridor de baladas populares”, também “com a finalidade de estimular a consciência nacional”. Garrett pertence, portanto, a uma geração preocupada com o arcabouço popular: “Foi no final do século XVIII e início do século XIX, quando a cultura popular tradicional estava justamente começando a desaparecer, que o ‘povo’ (o *folk*) se converteu num tema de interesse para os intelectuais europeus” (Burke, 2013, p. 26). Isso é: a necessidade de revisitar o passado, em romances históricos, ou de produzir coleções de cantares populares específicos de uma cultura está intimamente ligada à necessidade de preservação dos costumes e do que poderia se perder, frente às investidas revolucionárias e estrangeiras. Tal qual pontua Eduardo Lourenço, essa era uma característica romântica: “Os românticos não viajam realmente em direção ao passado, antes trazem o passado para o presente” (Lourenço, 1999, p. 59), porque reconstroem e reinterpretem os períodos históricos do reino conforme as necessidades que julgam serem as do século XIX. Portanto, muitas obras literárias produzidas nesse contexto são maneiras de repensar e de discutir Portugal:

as suas especificidades e o seu papel no conjunto das nações, em transformações marcantes no período oitocentista, pois,

País em que a coesão política e religiosa quase não tem igual na Europa [...], Portugal sofre, no princípio do século XIX, [...] Um duplo traumatismo, pode dizer-se. Ao mesmo tempo em que é ocupado militarmente, de uma maneira inédita, pelas tropas francesas e espanholas, e depois tutelado pelos chefes militares ingleses até 1820, Portugal vê o seu rei atravessar o Atlântico e instalar-se no Rio de Janeiro. A encarnação tradicional, sacralizada e simbólica de Portugal esfuma-se assim nessa lonjura (Lourenço, 1999, p. 57-58).

O trauma para Portugal, de acordo com Lourenço, era duplo: *militar*, obviamente, pela presença estrangeira no país; pelos saques napoleônicos, feitos como agressão à sociedade lusitana⁴; mas também pelas vedações, impostas pelas potências bélicas, Inglaterra e França, ao reino português. O segundo golpe, referido pelo autor, era *político-cultural*, pois a submissão de Portugal aos estrangeiros e a ausência da Corte em Lisboa levariam a um abalo massificado que se manifestará, por exemplo, na produção literária dos mais diversos autores. Entendamos, por fim, a *coesão religiosa*, referida por Lourenço no trecho supratranscrito: ela não significa uma *uniformidade*, já que o Catolicismo tinha diferentes manifestações no país, mas, certamente, indica a predominante cultura católica no território ibérico, advinda de séculos anteriores à formação do próprio reino lusitano. Isso também fora debatido em obras de Garrett e de Herculano, pois os outros países, em geral, denominavam os portugueses como “essa gente da extrema Europa, ibérica, católica” (Lourenço, 1999, p. 9), significando isso um atraso civilizacional, cultural e econômico. As dúvidas dos escritores, no entanto, residem, como veremos, se o tal progresso proposto era tão melhor para Portugal.

A produção literária passou a ter um importante papel na divulgação das ideias e na reflexão crítica sobre a sociedade: tendo o

⁴ Nos capítulos 39 e 40 de *Viagens na minha terra*, por exemplo, o narrador relata a ausência das relíquias de S. Fr. Gil de Santarém (1190?-1265) no Convento de S. Domingos, e a tristeza de ver a capela, onde estava sepultado o frade, transformada em um depósito de palhas. No romance de Almeida Garrett, que regressa ao período das Guerras Liberais (1828-1834), temos a notícia de que as relíquias são ocultadas por uma das principais personagens da narrativa, o franciscano Fr. Dinis, que temia os saques. Entretanto, vale recordar que, durante as invasões francesas, alguns túmulos de reis portugueses foram também violados, como é o caso do sarcófago de D. Fernando I, o rei formoso (1345-1383).

modelo liberal vencido uma sangrenta Guerra Civil e sendo paulatinamente instaurado em Portugal, era necessário também que, no campo das ideias e da intelectualidade, houvesse uma transformação social, que não se faria apenas pelas armas e pela peleja bélica:

graças aos criadores do nosso Romantismo, Almeida Garrett e Alexandre Herculano, essa época sem precedentes na nossa história e por via de consequência, na nossa cultura foi pensada e admiravelmente pensada, de acordo com as necessidades e urgências profundas do país [...]. À sua maneira, poeticamente um, ideológica e filosoficamente outro, Almeida Garrett e Herculano refundam Portugal, reenquadrando, repensando e remitificando o nosso imaginário cultural. [...] eles o inscreveram, mais duradouramente na nossa história ideal.

Almeida Garrett, Herculano “refundam” Portugal porque, pela primeira vez – e de uma maneira mais radical [...] –, o país esteve em sérios riscos de perecer. E de uma maneira que não afetaria apenas a sua expressão política, mas o seu todo como organismo histórico e cultural (Lourenço, 1999, p. 104).

À primeira vista, a ideia de Lourenço pode realmente parecer exagerada, por imputar a Garrett e a Herculano certa “refundação”, sobretudo em aspecto cultural, de Portugal. Contudo, não é um pensamento megalômico em relação aos dois intelectuais oitocentistas. Primeiramente, porque Garrett e Herculano deram formas ao que se convencionou chamar de “Romantismo”, cada um a seu modo, como bem explicita o crítico. Pensemos como Garrett refletiu sobre o país por meio da dramaturgia, do romance histórico, das suas epopeias modernas e de coletâneas de cantigas populares, enquanto Herculano fez o seu balanço sobre Portugal desde as suas correspondências e polêmicas, passando pela historiografia e se valendo também das narrativas de ficção histórica:

O nosso Romantismo *inventou uma imagem para o novo Portugal* e com ela criou uma cultura diferente da antiga, inquieta, exigente, destinada a descobrir o enigma do passado e o não menor da nossa Queda [...]. Ele escolheu no passado as altas referências – Fernão Lopes, Bernardim, Gil Vicente, Camões –, colocou-as numa História em que elas não estavam senão como fantasmas no nevoeiro e, procedendo assim, ao mesmo tempo inventava-nos como uma cultura e como cultura. Ao mesmo tempo *escolheu-se uma memória, leu-a em função dos valores do presente, gosto da liberdade, paixão da glória, horror da intolerância* (Lourenço, 1999, p. 109, grifos nossos).

Era uma urgência e uma necessidade pensar culturalmente o país que, como já tivemos a oportunidade de explorar, demonstrava correr riscos reais de extinção, em termos políticos, territoriais e culturais. Por isso, como especifica Lourenço, Garrett retomou Luís Vaz de Camões (1524?-1579/80?), Bernardim Ribeiro (1482?-1552?) e Gil Vicente (1465?-1536?), principalmente em seus poemas épicos – já adaptados ao gosto do Romantismo – e Herculano, muitas vezes, embasou as suas narrativas e romances históricos nas crônicas de Fernão Lopes (1418?1459) – bem como Garrett também o faria em *O Arco de Sant’Ana*. Entretanto, leram e atualizaram esses vultos da Literatura de Portugal sob a ótica da “ordem do dia” do século XIX. Em outras palavras: valeram-se da tradição literária e dialogaram com ela, a fim de propor uma “regeneração”, a “conservação” de alguns valores, mas também os “avanços” necessários na produção cultural e na vida quotidiana do povo português.

Recordemos, por fim, que os dois escritores também trabalharam na imprensa e divulgaram obras, parcial ou completamente, em periódicos oitocentistas – as que analisaremos os excertos são amostras disso, conforme já demos notícias. Estavam atentos, portanto, ao periódico enquanto suporte de popularização e de difusão de ideias.

Levando em consideração as informações descritas, mas também a complexidade do momento em que Garrett e Herculano produziram, passemos às averiguações dos trechos das narrativas desses escritores, selecionadas para este estudo.

UM MUNDO ENTRE O “ARCAICO” E OS “PROGRESSOS ECONÔMICO E INDUSTRIAL”: AS DIGRESSÕES NARRATIVAS EM GARRETT E EM HERCULANO

As quatro narrativas selecionadas para analisarmos neste estudo – *O Arco de Sant’Ana: crônica portuense* e *Viagens na minha terra*, de Garrett; *O Monge de Cister* e “O pároco da aldeia (1825)”, de Herculano – foram lavradas com um tipo de narrador peculiar, que se identifica com as características que Sergio Paulo Rouanet (2007) propõe para o *narrador shandiano*. Esse estilo teria se originado a partir das singularidades do narrador da obra *A vida e as opiniões do cavalheiro Tristram Shandy* (1759), de Laurence Sterne (1713-68), tendo quatro pontos gerais para a sua identificação: “hipertrofia da subjetividade, digressividade e fragmentação,

subjetivação do tempo e do espaço e interpenetração do riso e da melancolia” (Rouanet, 2007, p. 33).

Este trabalho não pretende averiguar exaustivamente os elementos “shandianos” presentes no *corpus* ficcional que elegemos para análise. Contudo, é importante entendermos que as narrativas escolhidas para a nossa averiguação possuem, em maior ou menor medida, esse estilo e interessa-nos a nós, sobretudo, a digressividade dos narradores, que fragmentam a história e quebram a linearidade do narrado “com ziguezagues sobre os quais não prestam contas a ninguém” (Rouanet, 2007, p. 60). São nessas digressões que ficam expostas algumas das reflexões acerca do Oitocentos português e sobre as quais vamos nos debruçar.

Rouanet estabelece a existência da digressão extratextual – que normalmente remete a algum texto exterior ao literário, podendo, inclusive, haver a transcrição de excertos. O mesmo autor faz menção à digressão autorreflexiva, ou seja, a voz narrativa constrói reflexões sobre si mesmo ou sobre a história ou, grosso modo, sobre o fazer literário. Há ainda, segundo Rouanet, as digressões opinativas e as digressões narrativas, que se referem, respectivamente, a opiniões do narrador e a relatos outros e mais breves dentro do relato maior. Para melhor ilustrar: a representação gráfica dessas digressões poderia ser o uso dos travessões ou dos parênteses, que isolam um conglomerado de citações, transcrições, opiniões, narrativas e reflexões, em uma construção bastante complexa, pois não se desconectam da história que podemos designar como “principal”. Além disso, esses estilos de digressões, classificados por Rouanet, podem se entrecruzar. Em outras palavras, uma digressão narrativa pode ser, igualmente, extratextual ou opinativa, por exemplo.

Assim, para além do próprio enredo proeminente, abrem-se perspectivas de narrativas e de observações paralelas que corroboram as ideias que o narrador defende, pois “todas as coisas pensáveis e imagináveis estão sob o império da opinião, no qual o autor shandiano é soberano absoluto” (Rouanet, 2007, p. 89). Em suma:

o narrador dispõe [...] sobre a vida dos personagens e sobre a sequência narrativa, adiando por decisão própria a continuação da história, e interrompendo-a com reflexões morais e filosóficas, sem perguntar ao leitor se ele está disposto a escutar essas reflexões (Rouanet, 2007, p. 38).

Dessa forma, embora Lourenço (1999, p. 110) afirme que a preocupação dos autores do Romantismo era a de “pôr em causa a complexa trama dos nossos valores, menos determinados pela estética que pela ética e a religião”, a escolha do estilo narrativo corrobora os discursos veiculados nessas obras.

Isso posto, vamos, pois, a um excerto de *O Arco de Sant’Ana* e verifiquemos como se dão os efeitos de um desses excursos discursivos:

Deixá-lo seguir o seu caminho; não nos metamos a adivinhar o que se ia revolvendo em seu pensamento em que tão opostas ideias combatiam... [...] Deixá-lo, deixá-lo e transportemo-nos nós, *amigo leitor*, para mui diverso, posto que não mui apartado lugar. [...]

Cá estamos junto à veneranda estátua do velho Porto [...]. Não tinha ainda, naquele tempo, iconoclástica brocha ousado assarapantar de vulgar e rabugenta oca, nem arrebicar de crasso vermelhão aquele primor do cinzel portuense, que então resplandecia em toda a nitidez do primitivo granito (Garrett, 19-- , p. 205, grifos nossos)⁵.

É comum que o narrador shandiano conduza o leitor como se estivesse tomando-o pela mão e o apresente ao que acredite ser o mais importante naquele momento do enredo. Estabelece-se uma relação de proximidade com o leitor, mas quem conduz o relato é a imperativa voz narrativa.

Coadunando-se com as características shandianas, em *O Arco de Sant’Ana*, Garrett ainda recorre a um subterfúgio muito caro ao gênero romance histórico: “O precioso manuscrito donde tiro esta verdadeira

⁵ O trecho do romance de Garrett refere à infelicidade de uma intervenção moderna sobre os labores de pedra do monumento portuense – pintura de “vermelhão”. Isso remete a “O pároco da aldeia (1825)”, quando o narrador descreve a transformação da casa do pároco, primeiramente, de estilo manuelino, em uma construção moderna: “A residência paroquial, originariamente no mesmo estilo, *já estava civilizada*. Uma porta retangular substituíra a antiga. Esquadriadas estavam, também, as duas janelas do sobrado, [...] via-se o moderno conforto das vidraças. Não quero dizer com este elogio à morada do padre prior que a igreja tinha resistido, teimosa como velho caturra, aos progressos da civilização. Pelo contrário. Estava mais alindada ainda. Uma irmandade, ou não sei quem, que entendia na fábrica, havia pintado de ocre tudo o que era pedra, de vermelhão tudo o que era azulejo. As câmaras municipais das grandes cidades, os cônegos das colegiadas e sés ainda não passaram do ocre, e uma pobre irmandade da aldeia já tinha, há vinte anos, vencido a meta a que apenas hoje chegam o município e a catedral” (Herculano, 1949, p. 295, grifos nossos). Há notória ironia do narrador em seu “elogio” à desconfiguração do projeto arquitetônico original da residência, bem como à pintura dos azulejos. O mesmo ocorre na narrativa de Garrett. Assim, fica subentendido nos textos de ambos os autores que a modernização, metaforicamente, destrói traços históricos e é uma expressão da ignorância.

história” (Garrett, 19-- , p. 206). Também Herculano se vale desse recurso, a fim de construir laivos de veracidade na ficção, em *O Monge de Cister*: “Por isso, abstendo-nos de invenções embusteiras, limitamo-nos a trasladar na depravada linguagem de hoje o texto imaculadamente garrafal e classicamente ininteligível do velho códice monástico” (Herculano, 19-- , p. 339).

Como observa Maria de Fátima Marinho (1999, p. 22), no romance histórico “são frequentes as atestações de veracidade, que passam pelo artifício de se colocarem [os narradores] como simples editores de textos escritos ou contados por outrem, até à afirmação da descoberta de manuscritos só por eles lobrigados”. Em parte, isso está presente em *O Arco de Sant’Ana*: o narrador filia o seu relato, de fato, a um antigo manuscrito, encontrado no Mosteiro dos Grilos, no Porto, durante o sítio à cidade. Ele se descreve como um atualizador de uma crônica pregressa, portanto. Mas, vejamos, a ironia discursiva que encharca a digressão supratranscrita: se o romance histórico deveria ser uma forma de “ensinar, deleitando” (Marinho, 1999, p. 18), o passado nacional – o que está circunscrito na narrativa de Garrett, pois as interpretações do passado são feitas à luz do presente, inclusive como “causa e consequência” – também deveria ser, o mesmo romance histórico, embasado em profundas investigações de fontes que se pudessem comprovar. O narrador, contudo, se recusa a sintetizar as informações dessas fontes históricas, que afirma ter revolvido. Ou seja: ele declara ter tido acesso a elas no cartório da Câmara do Porto e no censo do cabido da Sé, todavia, contentar-se-á, apenas, com os relatos do tal manuscrito dos Grilos e impõe o mesmo ao leitor: ao fim, o narrador shandiano é o tirano da construção narrativa, pois é ele que dita o que será feito ou não.

Isso é importantíssimo para o que estamos averiguando, já que a voz narrativa declara, sem cerimônias, que as suas opiniões estão corretas.

Por outro lado, *O Arco de Sant'Ana* desvela algumas características muito modernas: há a presença de um narrador que comenta o fazer literário – o que é próprio da forma shandiana – mas, sobretudo, há um discurso que satiriza as próprias fontes que afirma como históricas. Em outras palavras: o narrador ironiza o que, muitas vezes, no século XIX, teria grande valor de veracidade – os documentos lavrados pelas instituições, que serviam de fontes para historiadores e romancistas. O discurso narrativo afirma, por exemplo, que o seu manuscrito não é menos

autêntico que todos os outros manuscritos antigos: isso é, obviamente, uma grande ironia, pois, primeiramente, apenas o narrador teria acesso ao tal documento do Mosteiro dos Grilos e, em segundo lugar, nem todos os códices ou crônicas traziam informações exatas, além de que poderiam ter sido elaborados conforme as vontades de seus autores ou de seus financiadores ou, ainda, muito distanciados historicamente dos fatos. Há, portanto, uma tensão em relação às fontes históricas, tão exaltadas no período oitocentista: duvida-se da veracidade dos documentos e estimulam-se os leitores, igualmente, à dúvida.

Não podemos concordar, portanto, com António José Saraiva (1999, p. 103), acerca de *O Arco de Sant'Ana*, quando propõe que “É uma obra inautêntica e caída no esquecimento”. De fato, é uma produção que precisa ser revisitada mais vezes, pois parece estar muito menosprezada perante as outras obras de Garrett. Todavia não é possível afirmar que seja um romance histórico sem autenticidade, pois a própria construção narrativa e as tensões nela presentes sobre as relações entre fato e ficção muito têm a dizer sobre o gênero romance histórico antes e depois do século XIX. E esse repensar um Portugal, que correu os riscos de desaparecer, conforme já abordamos sob a visão de Eduardo Lourenço, era também questionar certo passado – e seus documentos – servindo-se da literatura de ficção.

Tendo em vista essas considerações, passemos a uma importante digressão contida em *O Monge de Cister*, na qual o narrador de Herculano desvela ao leitor as suas opções, também de forma imperativa:

“D. João I?! Ora essa! – exclamará algum dos nossos leitores. – Deixai-nos com D. João I! Pobre bruto, que não sabia nem conhecia nada: nem os falanstérios nem os charutos de Havana; nem a mnemotécnica nem a pirotécnica; nem o sistema eleitoral, nem as pílulas de família; nem os cupons, nem as velas de estearina; nem as inscrições, *bonds* e carapetões, nem os dentes postiços. Que temos nós, homens do progresso, da ilustração, da espevitada e desenganada filosofia, com esses casmurros ignorantes que morreram há quatrocentos anos?”

Tens razão, leitor. Fecha o livro, que não é para ti (Herculano, 19--,
p. 72).

Neste caso, o narrador projeta o discurso do leitor – que, graficamente, está entre aspas – como se fosse o leitor a interpelar a voz narrativa: por que, em pleno século XIX, remontar a D. João I se há tantos

Algo semelhante pode ser encontrado em uma das digressões do texto de Garrett, *Viagens na minha terra*:

Não: plantai batatas, ó geração de vapor e de pó de pedra, macadamizai estradas, fazei caminhos de ferro, construí passarolas de Ícaro, para andar a qual mais depressa, estas horas contadas de uma vida toda material, maçuda e grossa como tendes feito esta que Deus nos deu tão diferente do que a que hoje vivemos. Andai, ganha-pães, andai; reduzi tudo a cifras, todas as considerações deste mundo a equações de interesse corporal, comprai, vendei, agiotai. No fim de tudo isto, o que lucrou a espécie humana? Que há mais umas poucas de dúzias de homens ricos. E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico? – Que lho digam no Parlamento inglês, onde, depois de tantas comissões de inquérito, já deve ter orçado o número de almas que é preciso vender ao diabo, número de corpos que se tem de entregar antes de tempo ao cemitério para fazer um tecelão rico e fidalgo [...], um mineiro, um banqueiro, um granjeeiro, seja o que for: cada homem rico, abastado, custa centos de infelizes, de miseráveis.

Logo a nação mais feliz, não é a mais rica. Logo o princípio utilitário é a *mamona* da injustiça e da reprovação. [...]

A ciência deste século é uma grandíssima tola.

E, como tal, presunçosa e cheia de orgulho dos néscios (Garrett, 1977, p. 31-32, grifo no original).

O narrador se dirige à geração “nova”, enumerando um tanto de atividades puramente utilitaristas, das quais podemos traçar um paralelo com aquelas que foram citadas na narrativa de Herculano. Em *Viagens na minha terra*, contudo, está presente o questionamento dirigido a essa geração que vive apressada e apegada ao progresso: o narrador indaga, em sua digressão shandiana, o que lucrou o gênero humano com isso. Em outras palavras: o romance de Garrett propõe algumas questões bastante inconvenientes aos deslumbrados com o progresso – aos que, de acordo com o narrador, trocaram o “frade” pelo “barão”. Nisso há bastante consonância entre as digressões shandianas das narrativas de ambos os autores quando se debruçam sobre temáticas contemporâneas, mas não de maneira reacionária.

Na verdade, as inquietações parecem estar ligadas às desconfianças com relação às transformações de várias ordens: se, de fato, os ditos “progresso” e a “civilização” a serem impostos em Portugal levariam a cabo o desenvolvimento do reino, apregoados como arcaico e estúpido ou se reduziriam vidas a “cifras”. Mais: a preocupação, discorrida nos textos literários, não é meramente material, ou seja, sobre o que deveria ser executado – um plano econômico, por exemplo – para fazer de Portugal um reino rico: o narrador de *Viagens na minha terra*, como observamos, denuncia o quanto de vidas anônimas – do povo britânico – a indústria da carvoaria, os banqueiros e os industriais de tecido enviavam aos cemitérios. Atentemos, portanto, que

Garrett não espera o futuro e o renascimento da alma e da cultura portuguesa de qualquer profecia com garantia providencial, mas da vontade e da capacidade de reescrever o seu passado como se fosse presente e de reler nas pedras do presente, que atestam tão glorioso passado “viajando na nossa terra”, a mensagem do futuro (Lourenço, 1999, p. 108-109).

De acordo com Lourenço, para Garrett, – e acreditamos que o mesmo se aplica a Herculano – não adiantavam as explicações míticas ou milagrosas, que sempre reaparecem em momentos de crise. Era preciso

uma ação humana: seja em relação aos que viviam embriagados pela crença de que o progresso era a solução para tudo, assim como para os que acreditavam que tudo o que acontecia no passado era o que deveria regressar, ainda que de maneira bastante anacrônica e descolada das transformações do século XIX. Era preciso, portanto, sob a ótica do presente, interpretar o passado para tentar traçar um futuro, que não se perdesse no puro tecnicismo ou no cego reacionarismo.

E, atentemos, ainda, para duas questões: I. o discurso de denúncia se faz presente em obras de ficção. Isto é, como bem intuía Eduardo Lourenço (2016, p. 102, grifos nossos): “a nossa história literária [portuguesa] dos últimos cento e cinquenta anos [...] foi orientada ou subdeterminada consciente ou inconscientemente pela preocupação obsessiva de descobrir *quem somos* e *o que somos como portugueses*”. Grosso modo, o que Garrett faz é “interrogar a sério e de frente o que é essa realidade viva e mortal de uma Pátria entrevista como ‘frágil’, ‘vulnerável’” (Lourenço, 2016, p. 102), transformando-se em um “fantasma exilado e proscrito em busca do seu antigo solar ocupado por outrem” (Lourenço, 2016, p. 135). Isso também está presente na produção de Herculano. II. As apreensões, que estamos averiguando, provêm da pena de autores liberais preocupados, igualmente, com as massas de seu país. Portanto, a preocupação é, ainda mais, de cunho moral, civilizatório e, mormente, identitário em relação às peculiaridades lusitanas: o modelo da rica e industrializada Inglaterra serviria ao agrário Portugal? Quais as implicações que esses modelos industrializados e muito preocupados com o lucro poderiam gerar em Portugal? Essas indagações – ou, ao menos a essência delas – presente em *Viagens na minha terra* também está no discurso narrativo de “O pároco da aldeia (1825)”, de Herculano, quando o narrador reflete sobre algumas características do Protestantismo e do Catolicismo – identidades religiosas próprias de alguns povos, como bem sabemos, reformados ou não, de acordo com algumas questões históricas pregressas. Vamos às digressões do texto de Herculano:

O protestantismo acusa o catolicismo de se haver afastado da pureza cristã antiga, e gaba-se de ter revocado o cristianismo às suas tradições primitivas. O discutir tal matéria, em relação a doutrinas, fora insensato: os tempos dessa argumentação consumaram-se: tudo por este lado está dito de parte a parte. Quanto, porém, às fórmulas exteriores do nosso culto, são essas que ainda hoje atraem os insultos e motejos da imprensa protestante; é o culto católico, principalmente,

que dá origem àquelas graças inglesas, tão agudas, como a inteligência dos habitantes do *Bethnal Green* de Londres ou do *Winds* de Glasgow, embrutecidos pela fome, pela embriaguez e pela imundície; tão brilhantes e tão leves, como o fumo do carvão de pedra que constitui a atmosfera britânica. Diariamente são acometidas as duas nações das Espanhas nos seus hábitos religiosos por homens, que empregariam melhor o tempo em estudar os cancros asquerosos, que devoram moral e materialmente a classe popular no seu próprio país, e em pedir à riqueza, só poderosa, só respeitada, só insolente, mais alguma caridade para com os milhões dos seus compatriotas, que lidam, cheios de fome e de frio, cobertos de farrapos e vermes, para acumularem aos pés de bem poucos homens as fortunas incalculáveis e quase fabulosas, que alimentam o luxo desenfreado de Londres; da Roma, ou, antes, da Babilónia moderna (Herculano, 1949, p. 346-347).

Esse trecho é uma das digressões típicas de um discurso narrativo shandiano e, nele, o narrador trata de um conjunto de ritos, que designa como “fórmulas exteriores do nosso culto”, ou seja, todo o conjunto popular de celebrações católicas, que caracterizam as nações das Espanhas. Chamamos a atenção para duas expressões no discurso narrativo: a preposição *de* contraída com o artigo definido *o* (do) e o pronome possessivo *nosso*. Ao empregar esses termos, o narrador precisa que se tratam de fórmulas específicas do Catolicismo ou, ainda mais, do Catolicismo em Portugal. Em outras palavras: a crença e as maneiras de celebrar são uma das especificidades da identidade nacional, que é católica – como já referimos, pela proposta de Eduardo Lourenço: há, portanto, uma preocupação em refletir acerca “do que somos” e “quem somos” enquanto portugueses, diante de outras culturas.

Semelhante ao excerto do romance de Garrett, a narrativa de Herculano evidencia os problemas que existem na Inglaterra industrializada: a contestação aos que fazem chacota com as Espanhas, pelo que consideram exagero em suas formas próprias de celebrar a fé; a constatação de uma Londres povoada por pobres – vítimas da exploração laboral e do acúmulo do capital de uns poucos privilegiados – recobertos de “farrapos” e de “vermes”. Novamente, ocorre a denúncia da especulação financeira e a dúvida se, de fato, o modelo inglês – associado ao tecnicismo da produção e ao expurgo do que se considerava como “superstição dos povos” – era o ideal para o povo lusitano. Tanto é assim que o narrador compara Londres a Roma e a Babilônia, em uma possível alusão às corrupções do Império, mas também dos Papas ao longo da história.

À GUISA DE CONCLUSÃO

Ao refletir sobre a produção dos intelectuais portugueses do início do século XIX, Eduardo Lourenço, em *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino* (1999), propõe o seguinte:

Quando, nas primeiras décadas do século XIX, Portugal, pela pena dos primeiros representantes de um novo Portugal – saído da Revolução Liberal –, faz o balanço da sua situação no mundo, quer dizer, na Europa, e, ao mesmo tempo, se volta para o passado para saber se ainda terá futuro, fá-lo já como se não fosse Europa ou então uma outra espécie de Europa. É então que se dá conta até que ponto a sua situação é singular (Lourenço, 1999, p. 94-95).

As reiteradas críticas, descritas em “O pároco da aldeia (1825)”, são ilustrações da “singularidade” de Portugal, comentada por Lourenço, e do cálculo que se faz em relação aos outros corpos políticos e culturais estrangeiros. E em direção semelhante, podemos encontrar uma digressão no romance *O Arco de Sant’Ana*, no capítulo XVII, intitulado “A procissão”, que perscruta alguns dos antigos costumes celebrativos do Porto:

Nestes prosaicos e minguados tempos em que nós vivemos, sabe Deus o que lhe custa à excelentíssima câmara municipal de Lisboa a ir a casa de Santo António no seu dia, e à ilustríssima câmara municipal de Coimbra a ir pela festa da Rainha-Santa visitar a sua padroeira de além da ponte. O código administrativo não beatificou mais santos que Santa Urna, e os espíritos fortes do conselho são iconoclastas decididos, que fazem guerra a todas as velhas superstições daquelas desgraçadas e vergonhosas eras em que Portugal estava tão atrasado que apenas descobria a Índia, circunavegava e civilizava a África, povoava a América, escrevia as *Décadas* de Barros, compunha os *Lusíadas* de Camões, edificava Belém, e fazia outras soezes ninharias do mesmo jaez.

Pobre Portugal velho e relho, que não tinha agiotas nem lordes do tesouro, nem pontes pênsis nem garantias pênsis, nem barões, nem pedreiros-livres, e eras o escárnio da Europa que hoje pasma de te ver correr como um caranguejo por essa estrada da civilização fora!

Dancemos a polca, e viva o progresso!

Inda assim: o *progresso* do nosso *regresso* [...].

Dançar, dançavam os cónegos do Porto, ainda em tempo de minha avó que o viu, e mo contava quando eu era pequeno: dançavam sim

Pois dançavam é certo, dançavam os cônegos do Porto diante de São Gonçalo de Amarante, e em trinta préstitos e procissões em que iam a muitos oragos e festas de vários santos e santas. E assim mesmo iam os outros cabidos e colegiadas do reino, que hoje nem ao coro vão (Garrett, 19-- , p. 251-252, grifos no original).

Entretanto, o excerto do romance histórico de Garrett faz menção a três santos de origem portuguesa e muito populares em algumas regiões: inicia a voz narrativa contrapondo os tempos de outrora (da ambiência da narrativa) aos do momento presente (do período de publicação de *O Arco de Sant'Ana*), o que é muito comum em romances históricos, sobretudo oitocentistas. Então, passa a relatar que os dignatários das Câmaras de Lisboa e de Coimbra não aparecem mais aos festejos de Santo Antônio (1195?-1231) e de Santa Isabel, a Rainha-Santa (1270-1336), respectivamente, inclusive com descrições toponímicas dos locais das cerimônias – após a ponte sobre o Mondego, em Coimbra, por exemplo. E explica o narrador o motivo para que esses senhores não se vão às festas: consideram-nas como superstições e atrasos populares e são devotos apenas da “Santa Urna” – isto é, do sistema eleitoral, que também é mencionado em *O Monge de Cister*, como já verificamos, sendo uma ilustração do progresso. Não estamos, contudo, diante de um reacionarismo ou de um simples saudosismo do passado: toda essa seleção vocabular, formando ironias com as “ilustríssimas” Câmaras Municipais são formas de críticas, que temos observado, aos “deslumbres” com o que consideravam a “civilização”, advinda, sobretudo, de França e de Inglaterra, diante dos “atrasos” e das “superstições” do “velho Portugal”. Para tanto, o narrador cita os santos portugueses de grande tradição popular – sendo que o terceiro é São Gonçalo (1187?-1262), ao qual refere as danças dos cônegos diante de sua

Além disso, o narrador, ironicamente, propõe que o Portugal atrasado – de “soezes” costumes, conforme refere – já antes desses homens das Câmaras chegava à Índia, “civilizava” e navegava ao redor da África, “povoava” a América, lavrava as crônicas de João de Barros (1496?-1570) e o poema épico de Camões. Cabe, contudo, aqui uma distinção entre os discursos presentes na obra de Garrett e de Herculano. Exploremos, primeiramente, as reflexões em *O Arco de Sant’Ana*: utilizar o termo “civilizar” África, para nós, é bastante inaceitável, ultrapassado e colonialista. O mesmo ocorre com o emprego do verbo “povoar”, em relação à América, obviamente. Entretanto, transportemo-nos ao século XIX (o que não diminui os horrores das colonizações) e pensemos como o texto de Garrett se inscreve na “Fábula definitiva de um povo” (Lourenço, 1999, p. 45), isto é, a ideia de um Portugal imperial: “Na época da sua expansão no mundo investiu-se totalmente numa cruzada, ao mesmo tempo imperial e messiânica” (Lourenço, 1999, p. 10), que acreditava portar consigo a “cruz civilizatória” e alargar os seus territórios e influências. Reclama, com uso de ironias, agora, o narrador que o mesmo reino era o escárnio de Europa.

⁶ Gilberto Freyre (2006, p. 327) explica, por exemplo, como o culto de São Gonçalo é eivado de tradições populares herdadas de cultos pagãos à fertilidade: “São Gonçalo do Amarante presta-se a sem-cerimônias [...]. Ao seu culto é que se acham ligadas as práticas mais livres e sensuais. Às vezes até safadezas e porcarias. Atribuem-lhe a especialidade de arrumar marido ou amante para as velhas”. Além disso, “Antigamente no dia da sua festa dançava-se dentro das igrejas – costume que de Portugal comunicou-se ao Brasil” (Freyre, 2006, p. 327). Percebamos como as descrições de Freyre estão em consonância com o que se narra no romance histórico de Garrett: dos cônegos que dançavam diante do nicho do santo. Por fim, vale recordar que, para celebrar o referido santo, há o popular costume da feitura de um doce em forma fálica, conhecido como *colhões* (ou *caralhinhos*) de *São Gonçalo*, de gênese nos cultos fálicos dos povos que habitavam a Península antes da cristianização. Há, pois, uma ressignificação de Gonçalo, associando-o a outras entidades da fecundidade: <<https://ncultura.pt/colhoes-de-sao-goncalo-origem-e-a-secreta-receita/>> Acesso em 26/06/2023.

No entanto, embora também existam protestos contra a chacota dirigida pelos estrangeiros a Portugal nas narrativas de Herculano, podemos verificar um excerto das digressões shandianas de *O Monge de Cister*, no qual parece haver dissonância com as opiniões do texto de Garrett, pois não há a visão imperial e comercial idealizada. Vejamos o trecho do romance histórico de Herculano:

Mas quando os tributos da África e as riquezas do Oriente caíram como orvalho sobre a cidade dos muitos séculos, ela, desmentindo as palavras de D. Fernando e semelhante a um velho carvalho, começou a brotar renovos pelas fendas do seu córtex de pedra. [...] Foi nos fins do século XV e principalmente por todo o XVI que essa cidade maravilhadora de olhos estrangeiros começou a despontar pelo Alto de Santa Catarina e a descer risonha para os outeirinhos e vales do ocidente. Até aí, escondida para além dos seus muros, abrigada aos pés do seu castelo mourisco, que era apenas o que se via ao longe, como que envergonhada da sua pequenez, confrangia-se e apoquentava-se a si própria na cinta de muralhas de que a cercara D. Fernando, cioso da sua formosura. Era então como a filha donzela e inocentinha do honrado guerreiro Portugal, bom soldado da Idade Média, a quem as riquezas de conquistas e embriaguez de glórias fizeram dissoluto, e a dissolução fez antes da velhice caduco. Lisboa, a sua filha, graciosa, pudica, pura na antiga pobreza, cresceu na abundância e no luxo, quebrou o cinto que lhe dera o último rei da primeira raça e, trepando o monte ocidental que a encobria, sorriu-se e chamou, como mulher perdida, os estrangeiros que passavam. Eles, mais corrompidos que ela, saciaram-na de vícios e de abominações. Hoje aí está assentada ao pé de seu velho pai. Ele, veterano tonto, afasta os farrapos que o cobrem e mostra as cicatrizes de mil batalhas e, levando a mão à fronte calva, procura os louros de novecentas vitórias; mas as cicatrizes estão cobertas de vermes, e os louros desfolhados por mãos de nações de que há dois ou três séculos havia já tal notícia no mundo. Ela, vestida com andrajos de brocado, ainda formosa, mas descorada e abjecta, quer sorrir-se lascivamente aos estranhos; porém os estranhos que passam, se honestos, seguem avante, meneando a cabeça; se corruptos, passam uma noite no seu regaço e, ao partir no outro dia, cospem-lhe nas faces, dando uma gargalhada (Herculano, 19--., p. 69-70).

Muitos elementos complexos residem no trecho supratranscrito. Vamos, todavia, nos ater à voz narrativa e a informações que nos auxiliem a compreender as representações rituais em Herculano. Principiemos pelo estilo do narrador: o trecho traz a narração-descrição das transformações

históricas e sociais que as navegações e o crescimento do comércio (séculos XV e XVI) acarretaram a Portugal – reino personificado na figura do velho guerreiro medieval, que vive de glórias passadas – e a Lisboa – cidade personificada na donzela prostituída pelos estrangeiros, mas também pelo que se acreditou ser o progresso e a fonte inesgotável de riquezas e de glória. A ideia difundida pelo narrador, relatando para opinar, está assentada em uma longa tradição, de acordo com os estudos de Eduardo Lourenço:

É também uma leitura do nosso passado à luz do presente, um Portugal que de armas na mão se conquistou como Liberdade. E é o passado dessa Liberdade – quando na sua perspectiva mereceu esse nome – que ele [Herculano] exuma e exalta. Um passado julgado mesmo com severidade – não só pelo infamante Santo Ofício mas pelo pendor tirânico e até pela cegueira e fumos da Índia – antecipando a leitura dramática da geração seguinte. Miraculosamente, contudo, tenta preservar os dois Portugais que sob os seus olhos se digladiaram, conciliando liberalismo com cristianismo. Não por oportunismo, [...] mas porque tal era a sua visão da História e a exigência do seu individualismo ético (Lourenço, 1999, p. 108).

Muitas vezes, as narrativas de Herculano remetem a momentos-chave do passado pátrio, sendo reinterpretados, como vimos, sob a ótica das crises dos Oitocentos. Nos termos empregados por Lourenço: o autor “exuma” e “exalta” as lutas pela liberdade – o que é muito explicável se pensarmos todo o contexto do século XIX para Portugal. Todavia, há também, no passado, para Herculano, erros profundos, como a criação de uma mitologia imperial, além dos favorecimentos, que pareciam eternos, das colônias e da mercancia pelas navegações: eram eles, sob a ótica do escritor, mantenedores do Antigo Regime, além do Tribunal do Santo Ofício, sobre o qual lavrou a *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, publicada entre 1854 e 1859. Embora não trate tanto da ideia de Império Luso, o narrador de *O Monge de Cister* narra não as glórias das navegações, mas, pelo contrário, o que a abertura ao comércio aos estrangeiros trouxe para “o velho Portugal” e a “menina Lisboa”: loucura para o ancião, prostituição para a donzela; os antigos trajes luxuosos de brocados em andrajos e os louros das glórias passadas já desfolhados; cicatrizes de batalhas cobertas de vermes e a personificação de Lisboa a se oferecer sexualmente para os estrangeiros; imagem de chacota perante alguns povos e diversão para outros. Dessa maneira, como bem anuncia

Lourenço, o narrador do romance histórico já antevia, por exemplo, guardadas as suas devidas proporções, as críticas de Antero de Quental, no discurso *Causas da decadência dos povos peninsulares nos três últimos séculos*, proferido nas Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, em 1871. Nele, Antero afirmará que as três principais razões para a decadência da Península Ibérica eram o Absolutismo, a colonização e a Inquisição, patrocinada pela Igreja Católica.

Por fim, Lourenço demonstra como Herculano tentou “preservar” a religiosidade portuguesa e também as conquistas da instauração do liberalismo em Portugal, ainda que reservando a ambos as críticas que julgava pertinentes. No entanto, buscou certa conciliação entre essas duas vertentes. Em Garrett, algo semelhante pode ser entrevisto: há duras críticas anticlericais, por exemplo, mas, igualmente, há a censura aos deslumbres com a técnica, o racionalismo e a especulação financeira, que não integram grande parte da população. Pode-se, portanto, afirmar que ambos os escritores, “apesar das decepções futuras, confiam no ideal *liberal* que ajudaram a implantar no país” (Lourenço, 2016, p. 107, grifo no original).

A importância de Almeida Garrett e Alexandre Herculano para a cultura portuguesa não pode ser expressa em poucas páginas, visto que são autores de profícua produção e que discutiram temas relevantes e muito diversos em uma sociedade em crise, que abandonava antigos paradigmas e construía novos. Porém, tentamos, neste estudo, verificar o quanto esses escritores inovaram, seja pela construção estética – a introdução, por exemplo, do romance histórico em língua portuguesa e do estilo shandiano na produção romanesca – assim como pelas temáticas que abordaram – a tensão entre a preservação e os avanços tecnológico, econômico e industrial para Portugal e o seu povo, sendo que as expressões dessas opiniões foram bastante propiciadas pelo caráter shandiano das obras que analisamos. Sintetiza Eduardo Lourenço da seguinte maneira a relevância das contribuições de ambos os autores para Portugal e os portugueses:

Almeida Garrett e Alexandre Herculano foram dois admiráveis indivíduos. Tão indivíduos que cada um deles traçou do novo Portugal a sua imagem. Embora não se contradizendo, essas imagens reestruturaram, pela primeira vez, o imaginário português, fora do cânone – ou cânones – do nosso ideário nacional, assimilado *grosso modo* ao da tradição católica, revisitada e estritamente pautada pela “romanização” e “politização” do cristianismo pelo Concílio de Trento [1545-1563]. Com ambos, Portugal, a sua história, o seu destino, vão

ser pensados, problematizados, discutidos em termos profanos. Cronistas, historiógrafos-mitólogos como João de Barros, Camões, seu e nosso sublimador, teólogos hagiógrafos, profetas do gênio como Vieira, inscrevem todos a visão de Portugal numa esfera de conteúdo transcendente. Almeida Garrett e Herculano inscrevem-na na História. Na história política propriamente dita e na história da cultura, balbuciente [...]. A *História de Portugal* de Alexandre Herculano não é uma entre outras, é a primeira digna desse nome escrita de dentro e segundo as mais rigorosas exigências da época. É já também e obrigatoriamente Portugal como História. [...] O Romantismo não veio só histórica e culturalmente “de fora”: ele foi na sua origem abertura e encontro com a nova cultura europeia com a qual continuou a dialogar, criticamente, como as obras de Garrett e Herculano o mostram. [...] os nossos autores, a partir do Romantismo, viajam ao sabor da sua curiosidade no mundo dos outros a partir de um “dentro” ou em função dele (Lourenço, 1999, p. 107-110, grifos no original).

REFERÊNCIAS

- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- DRUMMOND, Victor Gameiro; LOURA, Renato Cezar de Almeida. O marco jurídico do direito do autor em Portugal: a doutrina da propriedade literária sob a ótica de Almeida Garrett e Alexandre Herculano. *Revista de Direito da Faculdade Guanambi*, v. 5, n. 1, p. 1-20, jan-jun 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6080/608065719004/html/>. Acesso em 1/5/2024.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.
- GARRETT, Almeida. *O Arco de Sant'Ana*. São Paulo: W. M. Jackson Inc. Editores, 19--. p. 183-382.
- GARRETT, Almeida. *Viagens na minha terra*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1977.
- HERCULANO, Alexandre. *O Monge de Cister ou a época de D. João I*. Lisboa: Livraria Bertrand, 19--.
- HERCULANO, Alexandre. *Lendas e narrativas*. São Paulo: Clássicos Jackson, 1949.
- LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*. Rio de Janeiro: Tinta-da-China, 2016.

MARINHO, Maria de Fátima. A falsa ingenuidade de Herculano. In: MARINHO, Maria de Fátima; AMARAL, Luís Carlos; TAVARES, Pedro Vilas-Boas (coords.). *Revisitando Herculano no bicentenário do seu nascimento*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013. p. 165-176.

ROUANET, Sergio Paulo. *Riso e melancolia: a forma shandiana em Sterne, Diderot, Xavier de Maistre, Almeida Garrett e Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Recebido em 24 de julho de 2023

Licença:

Professor Associado de Literatura Portuguesa da Universidade Federal do Paraná. Doutor em Letras (Literatura Portuguesa) pela Universidade de São Paulo. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7561-7804>

Licenciado em Letras (Português), Mestre e Doutor em Letras (Estudos Literários) pela Universidade Federal do Paraná. Vinculado, como pesquisador, ao Centro de Estudos Portugueses - Cátedra Camões - José Saramago da referida instituição.

id: <https://orcid.org/0000-0002-0554-5750>